

Exma. Senhora

Presidente da 10ª Comissão Parlamentar

Deputada Isabel Meirelles

Exma. Senhora Presidente,

O Grupo Parlamentar do PSD, no âmbito da discussão na generalidade do OE para 2022, na audição da senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, teve a oportunidade de abordar uma matéria que é da nossa maior preocupação. Já o demonstramos em diversos fóruns e trata-se das verbas do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), que desde 2017, têm vindo a ser afetadas ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).

Está em causa a afetação de 50 milhões de euros anuais ao FNRE, de cuja aplicação não há notícia ou conhecimento, que não a frase lapidar do seu Presidente em 23 de março de 2020 “Acabou, já não se faz mais investimento”.

Importa enfatizar que estão em causa 300 milhões de euros do Fundo Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), que estão a ser desviados da sua função de garantir as pensões para serem afetados ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, sem resultados sociais no terreno.

Lamentável a senhora Ministra, e em linha do que já nos habituou, continua sem ser capaz de dar uma explicação cabal, nem para o desvio de dinheiro das pensões, nem para a utilização destas verbas de forma útil e socialmente relevante e cuja prática se mantém prevista no Orçamento do Estado para o ano de 2022 (Artigo 106, nº2 da Proposta de Lei 3/XVIII/2022).

Nestes termos e nos mais de direito, constitucionais, legais e regimentais, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD solicitam a marcação de uma audição, com caráter de urgência dos dirigentes do Fundo Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).

E.D.

Palácio de São Bento, 2 de maio de 2022,

Os Deputados do PSD